



CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ

Rua José Vicente, 257 - Fone/Fax.: (44) 429-1234 ou 429-1970 - CEP 87990-000

ASSESSORIA JURÍDICA

Proposição: Projeto de Lei nº 42/2026
Iniciativa: Prefeito Municipal
Síntese: Autoriza crédito especial na importância de até 723.285,22 (setecentos e vinte e três mil duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

PARECER JURÍDICO nº 54/2026

Projeto de iniciativa do Prefeito Municipal, que trata sobre abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 723.285,22 (setecentos e vinte e três mil duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos), a sua inclusão na LDO 2026 e no PPA 2026-2029.

No que se refere a iniciativa para a alteração do PPA e da LDO em vigência, segundo o artigo 165, I da Constituição Federal é do Chefe do Poder Executivo.

No decorrer do exercício é possível que a Administração visualize a necessidade de alteração tanto do PPA, como da LDO para melhor adequá-los para atender as necessidades da população, visando melhorar a prestação do serviço público.

A alteração na Lei que dispõe sobre o orçamento de 2026, inclui a dotação orçamentária Equipamento e Material Permanente, junto a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos e a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Para fazer frente a cobertura do crédito adicional especial será utilizado recurso proveniente do Superávit financeiro, apurado nos anos anteriores, que foram recebidos por meio de emendas parlamentares que encontra-se detalhadas na Exposição Justificativa.

Dispõe o artigo 41, II, da Lei nº 4.320/64, que, os créditos adicionais especiais são destinados às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica existente no orçamento vigente.

Dispõe o inciso V, do art. 167 da Constituição da República que a abertura de crédito suplementar ou especial depende de **prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes**.

O “caput” do artigo 43 da referida lei federal exige que para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, o projeto seja encaminhado juntamente com **exposição justificativa e comprovação da existência de recursos disponíveis**.

No que se refere a exposição justificativa, a justificativa foi enviada informando que: “valor de até R\$. 723.285,22 (setecentos e vinte e três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos), destinado a utilização dos recursos remanescentes de anos anteriores vinculados as seguintes emendas parlamentares:

202137050006-Luciano Ducci
202139110006-Aline Sleutjes
202128490003-Zeca Dirceu
202228740010-Luiz Nishimori
202237050004-Luciano Ducci
202240340001-Luisa Canziani
202320520002-Alvaro Dias
202337050005-Luciano Ducci
202340660001-Sargento Fahur
202437050010-Luciano Ducci”.



CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE ESTADO DO PARANÁ

Rua José Vicente, 257 - Fone/Fax.: (44) 429-1234 ou 429-1970 - CEP 87990-000

No que se refere a comprovação da existência do recurso, foram encaminhados o Planos de Ação e a planilha da Consulta ao Superávit Financeiro.

Quanto a justificativa, não há qualquer menção indicando onde o recurso público será aplicado ou qual tipo de equipamento será adquirido pelo Município.

A matéria é de natureza legislativa e o aval da Câmara é indispensável, nos termos do artigo 118 da Lei Orgânica do Município e artigo 279 do Regimento Interno, uma vez que busca alterar norma vigente – Plano Plurianual do quadriênio 2022/2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento.

Outrossim, solicita autorização, no projeto de lei de abertura de crédito adicional especial no orçamento, indicando como fonte para cobertura das despesas decorrentes da execução da presente lei, as formas autorizadas no art. 43, § 1º, incisos III da Lei federal 4320/64.

Com efeito, a proposta encontra-se incompleta, em ofensa aos preceitos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e aos demais artigos acima citados.

Em suma, portanto:

- No que se refere à competência legiferante do Município, o presente projeto acha-se amparado pelo art. 30, I, da Constituição Federal, por tratar de matéria de interesse eminentemente local;
- No que tange à iniciativa, trata-se de matéria de competência exclusiva do Executivo, conforme dispõe nossa Lei Orgânica;
- A competência para iniciar o processo legislativo em matéria orçamentária, tratada no presente projeto (abertura de crédito adicional), é exclusiva do Prefeito Municipal, de conformidade com o art. 165, caput, da Constituição Federal;

Estes são os dados a serem avaliados pelo Soberano Plenário.

QUORUM: maioria simples (art. 334, do Regimento Interno).

Comissões competentes:

- Comissão de Justiça e Redação;
- Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.

É o parecer.

S.m.j.

Diamante do Norte (PR), 27 de abril de 2026.


Juliana Negrini Lorga
Adv. Inscrita na OAB/PR sob o nº 52.390